Tradução

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Por mais que se combata os crimes de burla telefónica, não há meio de os erradicar, pois primeiro apareceram encapotados sob a forma de pedido de auxílio para um familiar ou amigo em apuros, passando posteriormente para a forma de "adivinha quem eu sou" e ultimamente para a forma de comunicação telefónica em nome de órgãos governamentais, nomeadamente, Serviços de Segurança Pública da República Popular da China e até Polícia local. Alguns desses telefonemas teriam partido de telefones de Macau. Noticiou a imprensa, há dias, que essas burlas passaram a revestir-se da forma de incessantes pedidos de empréstimo para familiares e amigos, através do retrato de alguém furtado no *WeChat*, queixas estas que, apesar de serem apresentadas à Polícia, em nada resultam. Tal é o desenfreamento e a frequência, que se torna difícil de prevenir, e não poucas pessoas acabaram por ser vítimas de burla, sofrendo diferentes graus de prejuízos.

Se bem que sejam diversas as formas de burla através das telecomunicações, o certo é que, no fim, acabam sempre por pedir às vítimas que depositem ou remetam o dinheiro para uma designada conta bancária na China Continental, portanto, se se tomassem medidas de prevenção e repressão, visando o modelo de transferência ou remissão, estou em crer que isto podia ter alguma utilidade. Com vista a assegurar que a vítima possa apresentar reclamação, quando se aperceber num curto espaço de tempo de

立法會 格式六
AL – Modelo 6

A-4 規格印件 2016年9月
Formato A-4 Imp. Set. 2016

que foi alvo de burla, determinaram os Serviços de Segurança Pública da China, em Dezembro do ano passado, que o montante proveniente das transferências efectuadas através das Caixas Automáticas (ATM na sigla inglesa) para uma conta que não seja a sua só nela é depositado passadas 24 horas. Esse tipo de prevenção e repressão do crime de burla através das redes de telecomunicações é digno de referência.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. Afirmou o Governo, em Setembro de 2015, na resposta a uma interpelação, que os responsáveis da Polícia Judiciária, da Direcção dos Serviços de Regulação das Telecomunicações e das operadoras de telecomunicações tinham chegado, em Agosto desse ano, a um acordo, no sentido de aditar, tal como é feito nas regiões vizinhas, um sinal que distinga as chamadas provenientes de regiões fora da RAEM – pois, embora apareça um número de telefone de Macau, os autores utilizam um telefone da China – para que os residentes distingam de imediato que se trata de um falso número de telefone de Macau, e que as operadoras iam estudar a sua viabilidade técnica. Decorridos mais de 20 meses, qual é o ponto de situação desses estudos? Face às actuais tecnologias, será que não há forma de interceptar as chamadas vindas do exterior que exibam um número de telefone de Macau?

2. Para além das actuais formas de divulgação, bem podia o Governo, tendo em atenção o facto de que nas burlas telefónicas, na maior parte das vezes, é pedida a efectuação de uma transferência de dinheiro para determinada conta bancária no outro lado da fronteira, aproveitar os grandes

ecrãs dos postos fronteiriços para divulgar alertas e até afixar, em locais bem visíveis, informações relativas à forma de apresentação de queixas, a fim de elevar as precauções dos residentes e reduzir as oportunidades de serem burlados. Pensa o Governo fazer isto?

3. Com vista a assegurar que a vítima possa apresentar reclamação, quando se aperceber num curto espaço de tempo de que foi alvo de burla, determinaram os Serviços de Segurança Pública da China, em Dezembro do ano passado, que o montante proveniente das transferências efectuadas através das Caixas Automáticas para uma conta de terceiros só nela é depositado passadas 24 horas. Embora a situação seja bem diferente em Macau, a verdade é que são cada mais desenfreadas as burlas telefónicas e as burlas feitas com a utilização de contas furtadas no *WeChat* e *WhatsApp*. Por isso, para além de reforçar as acções de divulgação e de sensibilização, deve ainda o Governo avançar com mais medidas de prevenção e repressão. Vai o Governo fazer isto?

02 de Maio de 2017

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Kwan Tsui Hang